

Comentário Geral

Esta página contém diversos artigos relacionados à Filosofia Dialética,

Boa leitura!

A Influência de Parmênides e Heráclito na Lógica Hegeliana.
Wellington Lima Amorim

Lênin e a Dialética Hegeliana.
Duarte Pereira

A Liberdade como Império da Lei.
Um estudo sobre a filosofia do direito de Hegel
Wellington Trotta

A Filosofia de Heráclito de Éfeso.
Rosana Madjarof

O Mundo de Sofia.
Hegel
De Jostein Gaarder

O Mundo de Sofia.
Marx
De Jostein Gaarder

O Mundo de Sofia.
Darwin
De Jostein Gaarder

O Mundo de Sofia.
Freud
De Jostein Gaarder

<http://br.geocities.com/filosofiadialetica/comentariogeral.htm#lenin>

Lênin e a Dialética Hegeliana.

Por Duarte Pereira

Os historiadores de idéias se acostumaram a distinguir, no desenvolvimento do marxismo no século 20, duas tradições básicas: o “marxismo soviético” e o “marxismo ocidental”. Lenin sempre foi considerado o iniciador da primeira corrente, sistematizada como “marxismo-leninismo” sob a direção de Stalin. O ensaísta brasileiro José Guilherme Merquior, por exemplo, em seu livro *O Marxismo Ocidental*, publicado em 1987, escreveu: “O marxismo ocidental nasceu, no começo da década de 1920, como um desafio doutrinário, vindo do Ocidente, ao marxismo soviético. Seus principais fundadores - Lukács e Ernst Bloch, Karl Korsch e Gramsci - estavam em áspero desacordo com o materialismo histórico determinista da filosofia bolchevique, tal como definida por Lenin ou Bukharin”.

O sociólogo norte-americano Kevin Anderson, rompendo com essa interpretação consagrada, sustenta uma tese original e ousada em seu livro *Lenin, Hegel, and Western Marxism* (Chicago, University of Illinois Press, 1995). Anderson defende que o trabalho teórico de Lenin posterior a 1914 “o situa mais próximo de marxistas ‘ocidentais’ ou ‘hegelianos’, como Georg Lukács e os membros da Escola de Frankfurt, do que de marxistas ortodoxos, como os marxistas-leninistas soviéticos oficiais.” Afastando-se de Kautsky e de Plekhanov, Lenin teria sido o primeiro marxista de expressão a insistir no retorno à dialética e no estudo crítico de Hegel.

Kevin Anderson foi militante dos movimentos pelos direitos civis da população negra e contra a intervenção americana no Vietnã, no final dos anos 60 e começo dos 70 do século passado, e atualmente é professor de Sociologia na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Chegou a suas conclusões após quinze anos de pesquisa sobre os *Cadernos Filosóficos*, obra de Lenin negligenciada e pouco conhecida. No Brasil, por exemplo, continua inédita.

O livro de Anderson, originado de uma tese de doutorado defendida na Universidade da Cidade de Nova York, é apurado e cuidadoso. Reconhecendo o legado contraditório de Lenin, evita tanto a canonização patrocinada pela antiga União Soviética, quanto a hostilidade característica dos críticos ocidentais. E é movido não apenas por um propósito de justiça teórica, mas sobretudo por uma preocupação política, exposta com clareza por Anderson. Convenceu-se de que o estudo dos textos finais de Lenin ajudam a discernir “o único tipo de marxismo viável nos dias atuais”: o marxismo que adote “um múltiplo conceito de subjetividade, mais do que um apoio exclusivo na classe operária industrial tradicional” e num único partido autoproclamado de vanguarda.

A descoberta de Hegel

Anderson encadeia com solidez sua argumentação. Examina, na primeira parte de seu livro, os estudos filosóficos a que Lenin se dedica de agosto de 1914 a meados de 1915, freqüentando a biblioteca pública de Berna, na Suíça, onde se encontrava exilado. Lenin preenche sucessivos cadernos com anotações manuscritas, transcrevendo passagens extensas dos livros que lê, acompanhadas de comentários.

Lenin concentra os primeiros esforços na assimilação crítica da Ciência da Lógica, considerada a obra de Hegel mais importante e mais difícil, passando em seguida às Lições sobre a História da Filosofia e às Lições sobre a Filosofia da História, também de Hegel. Prossegue estudando livros sobre o filósofo alemão ou sobre a história da filosofia em geral, resume a Metafísica de Aristóteles e anota também obras relacionadas com o desenvolvimento das ciências naturais.

À medida que avança, Lenin escreve artigos, como o verbete Karl Marx para a Enciclopédia Granat, esboça planos de novas pesquisas e, ao final, redige o rascunho Sobre o problema da dialética, sintetizando as conclusões de seus estudos e delineando o plano de um texto sobre a dialética que, infelizmente, não conseguiria elaborar.

Um militante de hoje pode surpreender-se com esse empenho teórico num momento crucial e especialmente turbulento do mundo e da vida de Lenin. A Primeira Guerra Mundial já conflagrava a Europa, Lenin preconizava o “derrotismo revolucionário” e a transformação da guerra imperialista em guerra civil e, por isso, rompera com a Segunda Associação Internacional dos Trabalhadores e com alguns de seus líderes mais eminentes, como Kautsky e Plekhanov, aos quais sempre devotara grande respeito teórico. Na Rússia, a crise do regime czarista voltava a aprofundar-se e se converteria três anos depois nas Revoluções de Fevereiro e de Outubro, que abririam uma página nova na história mundial. Nesse contexto, Lenin se enfia numa biblioteca?

Anderson mostra que o espanto não se justifica, porque são justamente as responsabilidades acrescidas de Lenin - que emerge como um líder internacional - que o obrigam a desenvolver suas posições políticas e a buscar os fundamentos científicos e filosóficos das divergências que acabariam cindindo o movimento operário internacional. Repetia-se com ele o que acontecera com Marx, que, ao preparar-se para estruturar e redigir O Capital, sentira a necessidade de voltar a estudar a Ciência da Lógica de Hegel.

Vários autores já comentaram, em termos gerais, os Cadernos Filosóficos e resgataram opiniões de Lenin inseridas em suas páginas. O pioneirismo de Anderson consiste em que ele esmiúça as anotações de Lenin, principalmente as relativas à Ciência da Lógica, confronta-as com os textos originais, compara-as com as avaliações de marxistas anteriores e faz, em passagens decisivas, o cotejo com as leituras de especialistas contemporâneos, marxistas e não-

marxistas. A exegese sistemática de Anderson contribui, assim, não só para reconstruir a evolução de Lenin, mas também para aprofundar a compreensão dos textos de Hegel.

Não falta emoção à viagem conjunta de Anderson e Lenin. O comentarista acompanha a surpresa crescente com que o dirigente russo descobre a obra do filósofo alemão. Esperava digressões áridas e abstratas e registra, sobre a *Ciência da Lógica*: “Na mais idealista das obras de Hegel, há o mínimo de idealismo e o máximo de materialismo. Contraditório, mas um fato.” Percebe a insistência com que Hegel defende a unidade entre o pensamento e o ser, entre o sujeito e o objeto, entre a essência e a aparência, entre o conteúdo e a forma, e comenta: “Isto é quase materialismo!” Lê a crítica de Hegel à compreensão corriqueira e linear da causalidade e sua insistência na determinação recíproca, e anota: “Os germes do materialismo histórico em Hegel.”

O leitor russo é tocado, especialmente, pela ênfase do mestre alemão na subjetividade e na unidade entre o subjetivo e o objetivo. Lenin elogia: “Claro e profundo.” E acrescenta, em outra passagem: “Há uma diferença entre o subjetivo e o objetivo, mas isto, também, tem seus limites.” E, ainda mais incisivo, explicita em outra anotação: “A idéia da transformação do ideal no real é profunda! Muito importante para a história. Mas também na vida pessoal do homem é evidente que há muito de verdade nisto. Contra o materialismo vulgar.”

À medida que avança na leitura dos textos de Hegel, Lenin se dá conta de quanto era grosseira a “teoria do reflexo”, que havia exposto em sua obra *Materialismo e Empiriocriticismo*, de 1909. E comenta: “Conhecimento é a reflexão da natureza pelo homem. Mas isto não é um reflexo simples, nem imediato, nem completo, mas o processo de uma série de abstrações, a formação e desenvolvimento de conceitos, leis, etc.” Repisa em outra anotação: “A correspondência do pensamento com o objeto é um processo”. E arremata em outra passagem, incisivo: “O conhecimento do homem não apenas reflete o mundo objetivo, mas o cria”.

Lenin amadurece, portanto, uma reavaliação tanto do idealismo e do materialismo, quanto de uma contraposição simplificadora entre eles, como a estimulada pela célebre oposição entre os “dois campos” formulada por Engels e retomada pelo próprio Lenin em *Materialismo e Empiriocriticismo*. Agora, Lenin destaca que “o idealismo filosófico só é uma tolice do ponto de vista do materialismo tosco, simples, metafísico”. E, introduzindo a noção de “materialismo vulgar”, reaproxima-se das críticas feitas por Marx, nas *Teses sobre Feuerbach*, tanto ao idealismo, quanto a todas as formas unilaterais, contemplativas e não-dialéticas de materialismo.

Lenin destaca, finalmente, que a dialética não pode ser entendida apenas como a teoria do movimento universal, ou da transformação das mudanças quantitativas em qualitativas. Seu núcleo é a afirmação de que a unidade dos

contrários é inerente à essência das coisas e de que, por conseguinte, o desenvolvimento é um automovimento através de contradições e de lutas para superá-las.

Lenin comenta: “As duas concepções fundamentais do desenvolvimento (ou as duas possíveis? ou as duas historicamente observáveis?) são: o desenvolvimento como aumento e diminuição, como repetição, e o desenvolvimento como unidade de contrários (a divisão de uma unidade em contrários mutuamente excludentes e sua relação recíproca). Na primeira concepção do movimento, o automovimento, sua força impulsora, seu motivo, sua fonte é deixada na sombra (ou convertida em fonte externa: Deus, sujeito, etc.). Na segunda concepção, a atenção principal se dirige principalmente para o conhecimento da fonte do automovimento.” E repisa: “A unidade (coincidência, identidade, ação igual) dos contrários é condicional, temporária, transitória, relativa. A luta dos contrários mutuamente excludentes é absoluta, como são absolutos o desenvolvimento e o movimento.”

O estudo de Hegel conduz Lenin a identificar os erros filosóficos que vinham sendo cometidos pelos continuadores de Marx, inclusive por ele próprio. Resgatando o conceito hegeliano de “crítica imanente”, e não apenas externa e rotuladora, escreve: “Plekhanov critica o kantismo (e o agnosticismo em geral) mais de um ponto de vista materialista vulgar do que de um ponto de vista materialista dialético, na medida em que simplesmente rechaça de fora suas opiniões, porém não os corrige (como Hegel corrigiu Kant), aprofundando-os, generalizando-os e ampliando-os, mostrando as conexões e as transições de todos e de cada um dos conceitos.” E, referindo-se implicitamente a sua obra *Materialismo e Empiriocriticismo*, adiciona na mesma nota: “Os marxistas criticaram (no começo do século 20) os kantianos e os discípulos de Hume mais à maneira de Feuerbach (e de Büchner) do que de Hegel.” Por fim, não esconde o choque crítico e autocrítico que sofreu, desabafando: “É completamente impossível entender *O Capital* de Marx, e em especial seu primeiro capítulo, sem ter estudado e entendido a fundo toda a *Lógica* de Hegel. Portanto, faz meio século que nenhum marxista tem entendido Marx!”

Da filosofia à política

De sua viagem paciente pelas anotações áridas e fragmentadas dos *Cadernos Filosóficos*, Anderson extrai, na segunda parte de seu livro, a confirmação de que os estudos empreendidos por Lenin entre agosto de 1914 e meados de 1915 representam um salto em sua compreensão filosófica, um corte que o distancia do marxismo naturalista, determinista e economicista, que prevalecia na Segunda Internacional de Kautsky e Plekhanov, e no qual o próprio Lenin havia sido formado, como atestam obras como *Quem São os Amigos do Povo* e *Materialismo e Empiriocriticismo*. Recorde-se que Plekhanov foi o introdutor do marxismo na Rússia e o criador da expressão “materialismo dialético”, que

passou a concorrer com a de “materialismo histórico”, usada até então para caracterizar a doutrina de Marx e Engels.

Lenin não deixa de ser materialista, de sustentar a unicidade do mundo, ou de reconhecer a precedência do universo natural sobre a emergência do homem, ou o papel decisivo do trabalho na formação e desenvolvimento da espécie humana. Reitera, em suas notas, afirmações como esta: “A dialética das coisas cria a dialética das idéias, e não o inverso.” Mas se dá conta de que, no esforço de assimilar a dialética, sua compreensão da filosofia marxista sofrera uma mutação.

Uma prova disso, argumenta Anderson, é que ele escreveu ao editor da Enciclopédia Granat, em 4 de janeiro de 1915, indagando se ainda seria possível refazer, no verbete sobre Marx de sua autoria, a parte relativa à dialética. Infelizmente, não foi viável. Outra prova é o texto “Sobre o problema da dialética”, curto e inacabado, mas denso, no qual Lenin critica as exposições da dialética feitas por Engels e Plekhanov e esboça uma apresentação alternativa.

Outras indicações surgem, acrescenta Anderson, nas polêmicas que Lenin trava nos anos seguintes e nas quais critica seus interlocutores - como Rosa Luxemburg, Trotski ou Bukharin - pela assimilação deficiente da dialética. Sinal importante também representou a conferência de Lenin “Sobre o significado do materialismo militante”, em que lançou o apelo à formação de uma “sociedade de amigos materialistas da dialética hegeliana”. As marcas da nova compreensão filosófica de Lenin são perceptíveis ainda nos textos econômicos e políticos que elabora nos anos posteriores a 1914. Para comprová-lo, Anderson concentra-se em duas obras fundamentais: O Imperialismo, Etapa Final do Capitalismo e O Estado e a Revolução.

A formação de gigantescas empresas monopolistas e o transbordamento imperial das grandes potências ocupavam a atenção dos marxistas no começo do século 20. Quando Lenin se voltou para o tema, já haviam sido publicados ou escritos O Capital Financeiro, de Hilferding, em 1910; A Acumulação do Capital, de Rosa Luxemburg, em 1912; O Imperialismo e a Economia Mundial, de Bukharin, em 1915; e os artigos de Kautsky, em que ele formulou a teoria do “ultra-imperialismo”. Alguns críticos alegam, por isso, que O Imperialismo, Etapa Final do Capitalismo, de Lenin, publicado em 1917, não teria representado uma contribuição original ao debate.

Anderson contra-argumenta, lembrando que Lenin realizou investigações próprias e abrangentes, como testemunham as anotações recolhidas nos Cadernos sobre o Imperialismo. E que, para estruturar e redigir sua obra, não se apoiou apenas no material histórico e estatístico reunido, mas também na assimilação mais aprofundada do método dialético, que havia conseguido em 1914. Anderson ressalta que, por isso, três características mais importantes diferenciam a interpretação de Lenin das obras anteriores.

Em primeiro lugar, Lenin não encara o desenvolvimento histórico do capitalismo de maneira linear. Caracteriza o imperialismo como uma fase histórica nova e a analisa como uma superação dialética do estágio anterior. As novas determinações prevalecem, mas os traços essenciais do capitalismo são preservados. Em segundo lugar, na análise dialética de Lenin, essa nova fase não atenua, mas agrava as contradições do capitalismo. E por isso, em terceiro lugar, surgem novas forças sociais e políticas que podem unir-se ao proletariado na resistência antiimperialista.

Lenin, que já havia ressaltado a importância da aliança operário-camponesa nas condições russas, agora amplia o leque das forças mundiais que podem ser aglutinadas em torno do proletariado, identificando um novo sujeito revolucionário, os movimentos de libertação nacional. Anderson enfatiza esse corolário, enxergando nele uma importante indicação metodológica para os socialistas contemporâneos, pois a análise dialética das contradições do sistema capitalista-imperialista atual continua sendo indispensável para identificar os novos sujeitos revolucionários, as novas forças que podem unir-se ao proletariado para combatê-lo.

A análise de Anderson prossegue. Num momento em que se acumulavam os requisitos para uma transformação revolucionária, Lenin se preocupou também em divisar as características de que deveria revestir-se o novo Estado, para expressar as iniciativas e os anseios das forças emergentes. Reconstruindo o desenvolvimento do pensamento marxista sobre o poder político e refletindo sobre os novos desafios que despontavam no horizonte, Lenin escreve, entre janeiro e fevereiro de 1917, O Estado e a Revolução, aprofundando o tema em discursos e artigos elaborados nos meses seguintes.

Inspirado pelos exemplos da Comuna de Paris e munido com uma nova compreensão da subjetividade criadora, Lenin enfatiza a participação popular e o papel dos conselhos de trabalhadores, os soviets, na construção do novo Estado, um Estado aliás destinado à extinção. Denuncia não apenas a dominação de burgueses e latifundiários, mas também o perigo representado pelas burocracias. Aborda o partido de passagem. O fio de sua elaboração política é que as massas não podem ser vistas como um “meio” para alcançar um “fim”, o socialismo. Sua “auto-atividade” é o socialismo. Escreve em um de seus ensaios: “O socialismo não pode ser decretado de cima para baixo. Seu espírito rejeita a abordagem mecanicista-burocrática. O socialismo vivo, criativo, é o produto das próprias massas.”

Como recorda Anderson, os textos políticos de Lenin no período são tão surpreendentes que são denegridos por alguns críticos como “anarquistas”.

As duas tradições

O retorno a Hegel e a ênfase nos conselhos de trabalhadores são dois temas antecipados por Lenin e acalentados pela primeira geração de “marxistas ocidentais”. Anderson estaria certo, quando sugere que o líder russo teria sido o primeiro e esquecido “marxista ocidental”?

A conclusão não é tão fácil. O próprio Anderson alerta, na terceira e última parte de seu livro, que as anotações de Lenin sobre a dialética contêm contradições e temas que não são aprofundados. Além disso, Lenin não tornou públicas suas críticas filosóficas a Engels, Plekhanov e Kautsky, nem conseguiu, nas vicissitudes de seus últimos anos, finalizar o texto esboçado sobre a dialética. Não retornou também à teoria do partido de vanguarda, formulada em *O que fazer?*, de 1902, a partir de uma indicação de Kautsky, para confrontá-la com suas novas opiniões políticas. E, quando as ameaças começaram a acumular-se sobre a vitória de outubro de 1917, voltou a enfatizar a centralização do Estado e a direção do partido comunista, que acabaria se tornando o único.

Não admira que, após a morte de Lenin, quando os novos dirigentes trataram de sistematizar o pensamento orientador do partido comunista, a ambiência positivista, a forte tradição da Segunda Internacional e a influência dos livros de Plekhanov e de Bukharin tenham prevalecido. Zinoviev foi o primeiro a mencionar o “leninismo” como uma nova fase do marxismo. Stalin sistematizou o que seriam as contribuições políticas de Lenin nas conferências de 1924, *Sobre os fundamentos do leninismo*, e no livro de 1926, *Acerca dos problemas do leninismo*. Em 1931, uma sessão plenária do Comitê Central do Partido dirigiu autoritariamente, por mais espantoso que isto seja, a controvérsia filosófica entre “mecanicistas” e “deborinistas”, que prosseguia há vários anos. E assim, em 1938, num dos capítulos da *História do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética*, Stalin pôde codificar a nova versão oficial da filosofia marxista, que passou a ser reproduzida pelos manuais da Academia de Ciências de Moscou e difundida pelo movimento comunista internacional.

Logo na abertura do texto, Stalin afirma que “o materialismo dialético é a concepção filosófica do partido marxista-leninista”, esclarecendo que ela é assim chamada porque sua teoria sobre os fenômenos da natureza é “materialista” e seu método de estudar esses fenômenos é “dialético”. Acrescenta, em seguida, que “o materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social”. Desmembra, assim, a unidade intrínseca da concepção dialética marxista, reagrupando suas partes exteriormente. A teoria materialista é vista como uma espécie de filosofia da natureza, o método dialético é abordado de maneira formalista e a concepção da história é apresentada como uma decorrência do materialismo e da dialética assim entendidos. O arremate só poderia ser uma visão da história como predeterminada, do socialismo como inevitável e do partido comunista, possuidor desse saber aparentemente absoluto, como o efetivo sujeito revolucionário.

Essa leitura determinista e autoritária do marxismo ainda estava sendo codificada quando surgiram as primeiras reações, com a publicação dos livros História e Consciência de Classe, do húngaro Georg Lukács, e Marxismo e Filosofia, do alemão Karl Korsch, em 1923. Foram condenados pelo V Congresso da Internacional Comunista, em 1925, após as intervenções drásticas de Zinoviev e Bukharin. Lukács recolheu-se ao silêncio, mas Korsch estendeu as divergências à orientação política adotada no Congresso e acabou sendo expulso do Partido Comunista alemão em 1926. Quatro anos depois, prefaciando uma nova edição de seu livro, Korsch escreveria: “Creio formar objetivamente uma frente única com Lukács no principal, ou seja, na atitude crítica frente à antiga e à nova ortodoxias marxistas - a socialdemocrata e a comunista.” E recapitulando: “Esta filosofia marxista-leninista, que estava avançando para o Ocidente, encontrou nos escritos de Lukács, nos meus e nos de outros comunistas europeus ocidentais uma tendência filosófica antagônica dentro da própria Internacional Comunista.” As duas tradições começavam a separar-se.

A resistência às interpretações pré-dialéticas e científico-positivistas do marxismo cresceu também na Itália, impulsionada pelos escritos dos dois Antonios, Labriola e Gramsci. Este último jamais deixou de invectivar a equivocada “convicção de que existem leis objetivas de desenvolvimento histórico da mesma espécie das leis naturais, juntamente com a crença numa teleologia predeterminada como a da religião”. Na prisão, escreveu uma crítica contundente ao livro de Bukharin, A teoria do materialismo histórico, de 1921. Infelizmente, essa crítica só veio a ser conhecida após a Segunda Guerra Mundial, quando foram divulgados os Cadernos do Cárcere.

Outra vertente crítica se abriu com a fundação do Instituto de Pesquisa Social, em Frankfurt, na Alemanha, em 1923. O Instituto abrigaria, nas décadas seguintes, entre outras personalidades intelectuais, Carl Grünberg, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm, Theodor Adorno, Jürgen Habermas. Apesar de suas divergências, esses intelectuais desenvolveram uma corrente próxima de idéias, inspirada no marxismo, que passou a ser conhecida como a “Escola de Frankfurt” ou a “Teoria Crítica da Sociedade”. Em 1958, Marcuse, um dos pioneiros do movimento, publicou a obra O Marxismo Soviético, difundindo a expressão que passou a ser utilizada por autores ocidentais para designar a tradição “marxista-leninista”. O contraste entre as duas tendências se acentuava.

Os temas e as ênfases do “marxismo hegeliano”, como o denomina Anderson, irromperam na França mais tarde. Entre 1933 e 1939, o emigrado russo Alexandre Kojève ministrou um curso sobre Hegel na École des Hautes Études, em Paris, assistido entre outros alunos por Jean-Paul Sartre e Jacques Lacan. Essas aulas foram transformadas posteriormente no livro Introdução à Leitura de Hegel, publicado na França em 1947 e lançado no Brasil no ano passado. Em 1938, Henri Lefebvre e Norbert Guterman traduziram as anotações de Lenin

relativas à dialética, publicando-as com o sugestivo título *Cadernos sobre a Dialética* e introduzindo-as com um longo ensaio sobre a importância do pensamento de Hegel para o marxismo.

Assim, nos anos seguintes, já com a participação de Lucien Goldmann e Jean-Paul Sartre, se desenvolveu na França uma leitura “dialética” e “existencialista” do marxismo, contraposta à leitura “cientificista”, oriunda da União Soviética. Para justificar seu afastamento de ambas, Maurice Merleau-Ponty escreveu, em 1955, o livro *Aventuras da Dialética*. O título de um dos capítulos, “Marxismo Ocidental”, passou a designar a tradição marxista “crítica” que vinha se desenvolvendo desde os trabalhos seminiais de Lukács e Korsch. Com as denominações propagadas pelos livros de Marcuse e de Merleau-Ponty, as duas tradições ganharam suas marcas registradas.

O desenvolvimento do marxismo “crítico” nos Estados Unidos, em oposição ao “cientificista”, é ainda mais recente e menos conhecido. Esses termos, aliás, foram cunhados pelo sociólogo marxista norte-americano Alvin Gouldner em 1980. Anderson desenhava a origem dessa tradição na influência de Marcuse, que se transferiu para os Estados Unidos nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, e no surgimento da Tendência Johnson-Forest no interior do movimento trotsquista norte-americano. J. R. Johnson era o pseudônimo do historiador C. L. R. James, nascido em Trinidad (em 2000, foi traduzida no Brasil sua consagrada obra *Os jacobinos negros*, sobre a revolução de São Domingos, liderada por Toussaint L’Ouverture). Freddie Forest era o pseudônimo da russa Raya Dunayevskaya, economista e ex-secretária de Trotski.

A dissidência encabeçada por James e Dunayevskaya se formou no debate sobre o caráter da União Soviética e da Segunda Guerra Mundial e se aprofundou na polêmica sobre a burocratização e as perspectivas dos movimentos dos trabalhadores norte-americanos. Buscando fundamentar suas posições, James, Dunayevskaya e seus partidários foram os primeiros a debater, nos Estados Unidos, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* do jovem Marx, a dívida de Marx com Hegel e, sobretudo, os *Cadernos Filosóficos de Lenin*. O grupo se afastou do movimento trotsquista em 1950 e, cinco anos depois, se dispersou. Mas Dunayevskaya persistiu, até seu falecimento, no estudo do significado teórico e das consequências políticas dos *Cadernos Filosóficos de Lenin*. Caminhou para uma posição filosófica que pretendia superar tanto o idealismo quanto o materialismo e, no plano político, para uma visão descentralizada e apartidária da organização dos trabalhadores. Anderson engata sua investigação na continuidade dos esforços de Dunayevskaya.

Os historiadores do marxismo aceitam, geralmente, essa diferenciação entre as tradições “soviética” e “ocidental” ao longo do século passado. Mais difícil é caracterizá-las. No caso da centralizada tradição “soviética”, é viável, com menos discordância, identificar as notas preponderantes de mecanicismo, determinismo, economicismo e vanguardismo. Ainda assim, é forçoso

reconhecer diferenciações nacionais e nuances nos autores que são incluídos nessa tradição.

Enquanto Stalin redigia Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico, por exemplo, Mao Zedong, na China, escrevia o ensaio Sobre a Contradição, do qual extrairia as conseqüências políticas nos anos 50, em outro ensaio famoso, Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo.

Outro exemplo: o filósofo Roger Garaudy, que sucedeu a Henri Lefebvre na liderança intelectual do Partido Comunista francês e que foi considerado o intérprete oficial do “marxismo soviético” na França, durante duas décadas, publicou em 1962 um alentado estudo sobre Hegel, intitulado Deus Está Morto, que merece ser valorizado como um dos esforços mais sistemáticos de compreensão da dialética hegeliana realizado por um marxista contemporâneo.

Para complicar o quadro, existem correntes e autores ocidentais, vinculados à história do marxismo, que dificilmente se enquadram numa ou noutra tradição. É o caso do austromarxismo, de Louis Althusser na França, ou de Lucio Colletti na Itália.

Indiscutivelmente, porém, as dificuldades aumentam quando se trata de localizar as características comuns do “marxismo ocidental”. Essa tradição passou por várias fases, abrange um leque amplo de correntes e abarca autores com posições políticas e teóricas diferenciadas. Apesar desses obstáculos, costuma-se ressaltar alguns traços convergentes: a ênfase das investigações se desloca da economia e do Estado para a cultura e a arte; da ciência para a filosofia; do partido de vanguarda para os conselhos de trabalhadores; do plano centralizado para a autogestão; das determinações objetivas para a importância da subjetividade. Outras tendências comuns podem ser apontadas, como o retorno às fontes hegelianas do marxismo, a crítica das obras filosóficas de Engels, o distanciamento do materialismo e, sobretudo, o ecletismo crescente e o afastamento cada vez maior da prática política.

A implosão das experiências socialistas da União Soviética e do Leste europeu evidenciou os limites teóricos e políticos do “marxismo soviético”. Mas é preciso não esquecer que o “marxismo ocidental” também não orientou, até hoje, nenhuma transformação efetiva de uma sociedade capitalista em socialista. Não se pode, portanto, deixar de reconhecer que José Guilherme Merquior estava certo quando avaliou: “O marxismo ocidental, nascido do espírito da revolução contra o determinismo do materialismo dialético, terminou por abraçar o mais negro pessimismo ou por esposar o mais vago dos reformismos.”

E Lenin?

Se Lenin se afastou, após 1914, da tradição política e teórica da Segunda Internacional e das posições que iriam prevalecer no “marxismo soviético”, isto

não significa que ele endossaria a evolução filosófica e política do “marxismo ocidental”. Lenin sempre insistiu no estudo da dialética hegeliana “de um ponto de vista materialista” e sempre buscou combinar a espontaneidade com a organização.

Na realidade, os Cadernos Filosóficos de Lenin nunca receberam a atenção necessária, tanto da tradição “soviética”, quanto da “ocidental”. Foram publicados na União Soviética em 1930, mas numa edição que incorporava textos de 1895 a 1916 e que, portanto, diluía as reflexões inovadoras de Lenin sobre a dialética, escritas de meados de 1914 a meados de 1915. Além disso, o movimento comunista internacional jamais estimulou o debate dos Cadernos Filosóficos. As preferências de estudo sempre recaíram sobre obras como Materialismo e Empiriocriticismo, de Lenin, ou A Dialética da Natureza, de Engels.

Já os “marxistas ocidentais” concentraram suas atenções nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, de Marx, publicados pela primeira vez em 1932, em Moscou. A única exceção, já referida, ocorreu nos Estados Unidos, com as pesquisas de C. L. R. James e sobretudo de Raya Dunayevskaya, retomadas agora por Kevin Anderson.

Se os Cadernos Filosóficos tivessem sido estudados atentamente, até mesmo a leitura dos textos posteriores de Lenin poderia receber uma nova luz e os impasses teóricos e práticos, vividos pelo dirigente russo em seus últimos anos, poderiam ter estimulado uma linha de pesquisa distinta das que foram seguidas por marxistas “soviéticos” e “ocidentais”, com seus unilateralismos opostos.

Uma conclusão, que Anderson não arriscou, poderia ser, então, que as duas tradições marxistas precisam igualmente ser superadas, para que renasçam o marxismo e o socialismo.

Duarte Pereira é jornalista.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Pour Marx. Paris, François Maspero, 1966.

ANDERSON, Kevin. Lenin, Hegel, and Western Marxism: a Critical Study. Chicago, University of Illinois Press, 1995.

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o Marxismo Ocidental. Porto, Afrontamento, 1976.

BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Zahar, tradução de Waltensir Dutra, 1988.

COLLETTI, Lucio. Ultrapassando o marxismo e as ideologias. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983.

COMISSÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PC(b) DA URSS. História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS. Rio de Janeiro, Ed. Horizonte, s/d (publicada pela primeira vez em Moscou em 1938). Capítulo IV, item 2, “Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico”, p. 44-54.

GARAUDY, Roger. Dieu est mort: Étude sur Hegel. Paris, Presses Universitaires de France, 1962.

GRAMSCI, Antonio. “Notas críticas sobre uma tentativa de Ensaio Popular de Sociologia”. In: Id. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

JAMES, C. L. R. Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2000.

KOJÈVE, Alexandre. Introdução à leitura de Hegel. Rio de Janeiro, Contraponto-Uerj, 2002.

KORSCH, Karl. Marxismo y Filosofía. México, Era, 1971.

LENIN, V. I. Cuadernos Filosóficos. Buenos Aires, Ed. Estudio, 1974.

LENIN, V. I. Ulianov. Materialismo e Empiriocriticismo. Lisboa, Estampa, 1971.

LUKACS, Georg. Histoire et Conscience de Classe. Paris, Minuit, 1960.

MENEZES, Djacir. Hegel e a Filosofia Soviética: Crítica à Obra “Categorias do Materialismo Dialético”, de M. M. Rosental e G. M. Straks. Rio de Janeiro, Zahar, s/d (1959).

MERQUIOR, José Guilherme. O Marxismo Ocidental. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

SLATER, Phil. Origem e Significado da Escola de Frankfurt: Uma Perspectiva Marxista. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

STALIN, J. Cuestiones del Leninismo. Moscou, 1941.

TSETUNG (ZEDONG), Mao. Cinco Teses Filosóficas. Pequim, 1977.

VILHENA, Vasco de Magalhães (Org.). Marx e Hegel: Marx e o “Caso” Hegel. Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

WETTER, Gustave. Le Matérialisme Dialectique. Bruges, Desclée de Brouwer, 1962.

WIGGERSHAUS, Rolf. A Escola de Frankfurt: História, Desenvolvimento Teórico, Significação Política. Rio de Janeiro, Difel, 2002